

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.630 - SC
(2019/0114878-5)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : JADSON VALERIO MENDONCA
ADVOGADO : RUBENS FRIEDRICHSEN - SC017223
INTERES. : FUNDAÇÃO APOIO A PESQUISA ENSINO E ASSISTÊNCIA
A ESCOLA DE MED DO RJ E HOSPITAL GAFFRE

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela **União** contra decisão que deu provimento ao recurso especial manejado por Jadson Valério Mendonça, para restabelecer os honorários advocatícios fixados pela sentença de fls. 581/587.

A parte embargante sustenta a existência de omissão no decisum, sob o argumento de que não ficou claro os motivos pelo qual a verba honorária foi reduzida. Afirma que *"a decisão cita trecho do acórdão, e, em seguida, afirma que o trecho citado configura hipótese de revisão e redução da verba honorária em sede de recurso especial. Porém, não explica o porquê - não aponta os motivos pelos quais entendeu que a verba honorária deve ser reduzida"* (fl. 767).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Não prospera a irresignação da parte embargante.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para corrigir erro material.

Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Conforme consignado na decisão ora embargada, o Tribunal de origem majorou os honorários advocatícios fixados pelo juiz de primeiro grau em R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 7.000,00 (sete mil reais), considerando que entre o ajuizamento da ação e a sentença transcorreram um pouco mais de sete anos, conforme verifica-se do

Superior Tribunal de Justiça

trecho colacionado abaixo (fl. 619):

A causa restou valorada em R\$ 510,00, em 2010.

A sentença fixou os honorários sucumbenciais em R\$ 1.000,00, em 2017.

Entendo com parcial razão a apelante, uma vez que entre o ajuizamento da ação e a sentença transcorreram um pouco mais de sete anos, tenho que a verba honorária deve ser fixada em R\$ 7.000,00, a cargo do autor, já incluindo a majoração do artigo 85, § 11, do CPC, devendo ser suspensa a sua exigibilidade enquanto estiver abarcado pela Assistência Judiciária Gratuita.

Contudo, a majoração feita pelo Tribunal de origem para o patamar de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para uma demanda com valor de causa de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), se mostra exorbitante, o que configura a excepcionalidade exigida por esta Corte, mostrando-se possível, assim, a redução da verba honorária pleiteada pela parte ora agravada, de modo a restabelecer a sentença no ponto.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/15, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE OMISSÃO NA PARTE DISPOSITIVA DO JULGADO.

1. A segunda Turma desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

2. Os argumentos da embargante denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os segundos aclaratórios a esse fim.

3. Tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, o conhecimento dos aclaratórios pressupõe que a parte demonstre haver, pelo menos, um dos vícios previstos no art. 1022 do CPC de 2015.

4. O prequestionamento do art. 37 da Constituição da República não se mostra cabível nesta via, seja porque esse dispositivo legal nem sequer foi discutido no julgamento, seja porque não incumbe ao STJ o exame de norma constitucional, competência reservada ao Excelso Supremo Tribunal nos termos do art. 102, III, da Carta Magna.

5. Embargos de Declaração rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

(EDcl no REsp 1589550/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 29/9/2016)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada, pelo que ausente pressuposto a ensejar a oposição de embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015.

III - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 680.900/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 23/9/2016)

ANTE O EXPOSTO, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator